

DA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA À TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO: UM ESTUDO GEOGRÁFICO DA QUESTÃO AGRÁRIA EM SANTARÉM E BELTERRA/PA

FRANCILENE SALES DA CONCEIÇÃO

Universidade Federal de Rondônia

Bolsista Capes

lenesalesgeo@hotmail.com

Resumo: O avanço do agronegócio na Amazônia significou a reprodução ampliada do capital, configurando-se como uma cadeia produtiva de grãos, cujo objetivo é a maximização dos lucros em suas múltiplas escalas espaciais. Este estudo visa analisar o avanço do agronegócio no município de Santarém e Belterra, no oeste do Pará, a partir dos processos da territorialização do capital e da monopolização do território, na medida em que a espacialização de *commodities* representa um mecanismo de enfrentamento ao campesinato, causadores de conflitos e tensões no ambiente camponês. O trabalho está estruturado em três dimensões analíticas: 1) Faz uma abordagem do conceito de territorialização do capital e da monopolização do território, a fim de compreender as novas dinâmicas territoriais implementadas no espaço agrário amazônico a partir da globalização da economia; 2) Apresenta um debate acerca de como o desenvolvimento do capitalismo no campo promoveu a modernização do território na Amazônia e resultou em um sistema mecanizado da terra, estabelecendo uma nova dinâmica em que é sistematicamente empirizadas nas relações entre *capital e trabalho*; 3) Traça uma discussão sobre como o avanço da soja nos municípios de Santarém e Belterra suscitou na pressão/expropriação do campesinato, na mercantilização da terra e da natureza, no aumento dos preços das terras e na modernização da agricultura, no qual a dinâmica territorial local foi incorporada à economia global. Assim, a interação entre campesinato e agronegócio é compreendida por meio de dois territórios distintos que os dinamiza e resultam em disputas territoriais.

Palavras-chave: Território. Campesinato. Agronegócio.

Abstract: The Advance of Agribusiness in the Amazon it meant the expanded reproduction of capital, setting itself as a productive chain of grains, whose objective is to maximize profits in your multiple spatial scales. This study aims to analyze the advance of agribusiness in the municipalities of Santarém and Belterra, in western of Pará, from the processes of territorialization of capital and of monopolization of the territory, in the measure that spacialization of commodities represents a mechanism of confrontation to the campesinato, causers of conflict and tensions in campesino ambient. The work Is structuralized in three analytical dimensions: 1) It makes a boarding of territorialization concept of capital and the monopolization of the territory, in order to understand the new territorial dynamics implemented in the Amazônico agrarian space from the globalization of the economy; 2) Presents a debate about how development of capitalism in the field promoted a modernization of the Territory in the Amazon and resulted in a mechanized system of the land, establishing a new dynamics it that is systematically empirical in relations between capital and work; 3) Realize a discussion concerning on how the advance of soy in the municipalities of Santarém and

Da territorialização camponesa à territorialização do agronegócio: um estudo geográfico da questão agrária em Santarém e Belterra/PA

Belterra it occasioned in the pressure / expropriation of the campesinato, the mercantilization of land and nature, the increase in land prices and the modernization of agriculture, wherein the territorial dynamic local was incorporated into the global economy. Thus, the interaction between campesinato and agribusiness is understood by two distinct territories that dynamizes and resulted in territorial disputes.

Keywords: Territory; Campesinato; Agribusiness.

Introdução

O agronegócio como um modelo agroexportador que possui um caráter estritamente estratégico é considerado por sua dimensão política/econômica. Apresenta-se uma agricultura moderna que exige elevados investimentos de capitais no setor agrícola ou agropecuário, conformando-se em uma cadeia produtiva de grãos que estabelece relações com os mercados globalizados. O termo do agronegócio ganhou espaço a partir dos anos 1990 e correspondem às relações econômicas voltadas para os setores: industrial, comercial, financeiro e tecnológico (CARVALHO & COSTA, 2012). Os programas, os planos e os projetos são resultantes de ações estatais que legitimam a territorialização das “empresas de negócio” em diversas regiões da Amazônia, onde é o Estado que permite a concessão de incentivos fiscais e creditícios, disseminando em seus discursos a necessidade do “progresso” e da promoção do “desenvolvimento econômico” no espaço regional.

A expansão do agronegócio exige cada vez mais uma logística que facilite o escoamento de grãos pelos seus principais corredores de exportação. A grande disponibilidade de terras no espaço amazônico colaborou substantivamente com a migração de pessoas oriundas do centro-sul do país. Por outro lado, os conflitos e as tensões cresceram no momento em que a chegada do estrangeiro (sojicultor) provocou a subjugação das populações camponesas às ações impostas pelo capital hegemônico. Nesta perspectiva, este presente estudo visa analisar o avanço do agronegócio no município de Santarém e Belterra, no oeste do estado do Pará, a partir dos processos da territorialização do capital e da monopolização do território, na medida em que esta espacialização de *commodities* representa um mecanismo de enfrentamento ao campesinato, causadores de conflitos e tensionamentos no ambiente camponês. Por isso, este trabalho ficou estruturado em três partes:

A primeira faz uma abordagem do conceito de territorialização do capital e da monopolização do território, a fim de compreender as novas dinâmicas territoriais implementadas no espaço agrário amazônico a partir da globalização da economia; A segunda parte, apresenta a discussão acerca de como o desenvolvimento do capitalismo no campo promoveu a modernização do território na Amazônia e resultou em um sistema mecanizado da terra, em que é sistematicamente empiricizadas nas relações entre *capital e trabalho*. Por fim, a terceira e última parte deste artigo, traça uma discussão sobre como o avanço da soja nos municípios de Santarém e Belterra suscitou no pressionamento/expropriação do campesinato, na mercantilização da terra e da natureza, no aumento dos preços das terras e na modernização da agricultura.

Analiticamente, a interação entre *campesinato e agronegócio* é compreendida por meio de dois territórios distintos, resultando na dinamização do espaço e em disputas territoriais. Temos duas lógicas distintas que são evidenciadas nesse processo, enquanto o território do campesinato vem reduzindo e sofrendo as pressões do capital, o

território do agronegócio vem ganhando tamanha abrangência, cujos indicadores evidenciam a reprodução ampliada do capital diante do cenário nacional e internacional.

Por uma territorialização e monopolização ampliada do capital

O avanço do agronegócio na Amazônia brasileira significou a reprodução ampliada do capital, configurando-se como uma cadeia produtiva de grãos, cujo objetivo é a maximização dos lucros em suas múltiplas escalas espaciais. Ao mesmo tempo em que esse circuito espacial produtivo estabelece relações econômicas e comerciais com os mercados globais, a influência de variáveis externas se operacionalizando nos *locus* de produção de *commodities*, assolam conflitos territoriais e causam tensionamentos no ambiente, assinalando-se processos dialéticos.

O uso do território assumido pelas classes sociais envolvidas possuem distintas conotações e funcionalidades. Para melhor conceituá-lo, Haesbaert (2004) afirma que o território é a mediação espacial do poder que perpassa por relações no interior da esfera econômica, sendo indissociável da esfera jurídico-política. As ações concedidas pelo Estado, seja na sua instância federal, estadual ou municipal para legitimação da territorialização das “empresas de negócios”, caracterizam-se como a expansão das relações capitalistas de produção em que “expropria” ou “pressiona” o campesinato a migrar para as cidades ou para áreas mais distantes no próprio campo. Essas grandes corporações econômicas que estabelecem acordos comerciais a nível mundial é o que (SANTOS, 1996) considerou como *solidariedade organizacional*.

Temos, portanto, um campo que é alvo da apropriação por meio das ações hegemônicas e um território que está constantemente em disputa. Enquanto para o campesinato a terra é a sua condição substancial para a manutenção de seu modo de vida, sendo a principal fonte de onde provém a subsistência familiar, para o agronegócio a terra é um espaço de produção de mercadoria, isto é, local de produção carregado de um aparato científico e tecnológico que visa, sobretudo, atender a uma demanda das grandes corporações internacionais, tratando-se como um evento geográfico, excludente e contraditório, pois se ampliam as relações capitalistas de produção no campo e suscitam a globalização da economia.

O capital avança e se instala sobre determinados espaços, causando transformações territoriais no campo. Mesmo diante dessas coerções existenciais, tem-se um campesinato em movimento que cria e se recria, dentro dessa lógica capitalista, desenvolvendo atividades como típicas de relações não capitalistas de produção (MARTINS, 1986; OLIVEIRA, 2007). Para isso, é importante compreender dois conceitos que são à base da explicação dos acontecimentos geográficos, das relações contraditórias e do desenvolvimento do capitalismo no campo: a *territorialização do capital* e a *monopolização do território*, na medida em que este conceito nos auxilia na abrangência da dinâmica preexistente entre agronegócio *versus* campesinato:

Nesse sentido, (OLIVEIRA, 1999, p.106), define a territorialização do capital como:

Um processo contraditório, ou seja, em que o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso o processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude.

Da territorialização camponesa à territorialização do agronegócio: um estudo geográfico da questão agrária em Santarém e Belterra/PA

O capital na medida em que se instala na agricultura modifica as relações de produção camponesa, pois as ações hegemônicas tentam a todo custo converter o camponês em trabalhador assalariado, alterando, nesse contexto, as relações de trabalho e subjugam-os a sua lógica, além de que este processo é revelador de um amplo controle exercido sobre a terra, seja por meio do arrendamento ou da compra. É nesse contexto que a terra passa de um valor de uso para um valor de troca, pois as quantidades de terras disponíveis em que são apropriadas por um determinado grupo hegemônico para fins acumulativos que se configuram por meio de relações verticalizadas, introduzem nos lugares novas formas técnicas e científicas na paisagem geográfica, além de condicionar a subalternização do camponês ao capital. A terra perde seu caráter funcional de subsistência familiar para uma dimensão mercadológica globalizada.

Na monopolização do território, há uma metamorfose da renda terra, em que esta vai ser convertida em capital, mesmo inserido nessa mesma lógica, ele cria, recria e redefine relações de produção camponesa de cunho familiar (OLIVEIRA, 1999). Esse processo se configura como uma medida adotada para a inserção do campesinato ao capital, sendo que estes atores estabelecem acordos comerciais com os setores industriais, fornecendo-lhes matérias-primas às indústrias no campo. Contudo, existe outra forma da monopolização do território pelo capital que é pensada da seguinte forma:

A constatação de que o capital, em vez de se territorializar, monopoliza o território, pressupõe uma ruptura com o entendimento de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas culminaria na bipolarização entre capital e trabalho, ou em sua variante, na separação entre meios de produção e força de trabalho. Por sua vez, designa a possibilidade de que a lógica da acumulação ampliada não sofra restrições, ainda que determinados agentes não atuem diretamente na esfera produtiva, controlando apenas a circulação de mercadorias (PAULINO, 2006, p.103).

Nesta perspectiva, a atuação das empresas multinacionais, representam monopólios globais e nacionais do agronegócio em que exercem grandes influências nos locais de atuação, assumindo relações com mercados internacionais que controlam o território e aceleram a circulação de mercadorias. No Brasil, os grandes grupos econômicos exercem sua hegemonia no setor de grãos, como por exemplo, a Cargill, Bunge e a ADM a nível internacional e a Amaggi e a Caramuru na escala nacional. Esse controle do território se dar também no setor de sementes, onde as empresas Monsanto e Syngenta se destacam como monopólios controladores da agricultura globalizada. Estas multinacionais representam grandes *trades* exportadores de grãos que monopolizam o território pelo viés dos fluxos produtivos organizados em cadeias, que no fenômeno do agronegócio, tem-se a soja como a produto agrícola de grande importância no cenário internacional.

Como exemplo, podemos mencionar os casos dos municípios da região norte do Brasil, que apresentam tamanha importância no cenário agroexportador na produção de *commodities*. A construção da Hidrovia do Madeira que interliga Porto Velho, ao norte de Rondônia, à Itacoatiara, microrregião localizada na porção centro-leste do estado do Amazonas, nos declives do rio Amazonas, que por fim, chega até a cidade de Santarém na desembocadura do Rio Tapajós, no oeste do Pará. É um canal hidroviário que vem recebendo grandes investimentos logísticos para o escoamento de grãos, cujo destino é os Estados Unidos, vários países da Europa e da Ásia. Essa integração

intermodal possibilita a abertura do chamado Arco Norte, facilitando a canalização dos fluxos da produção de grãos, no qual as empresas multinacionais se instalam em locais estritamente estratégicos, dinamizando o território, além de promover uma especialização produtiva e uma complexa divisão territorial do trabalho.

Esse modelo agroexportador perpassa por uma questão política, onde o Estado cede abertura para o capital (empresas multinacionais) penetrar na Amazônia, exercer o poder sobre o espaço e expandir sua área de influência. O papel do Estado é reduzido nesta situação e o controle do território passa a ser assumido agora, não por uma pequena empresa local, mas por grandes corporações hegemônicas. Assim, a ação das empresas institucionaliza uma modernização do território, permitindo sua fragmentação, no qual alteram as dinâmicas preexistentes no espaço agrário que são reflexos também no meio urbano, em decorrência da globalização da economia.

A modernização da agricultura e a fragmentação do território na Amazônia brasileira

O desenvolvimento do capitalismo no campo promoveu a modernização do território na Amazônia, onde se tem um sistema mecanizado da terra e a tecnificação da paisagem, estabelecendo uma nova dinâmica em que é sistematicamente empiricizadas nas relações entre *capital e trabalho*, resultando na interação entre global e local, pois essas dinâmicas na medida em que se configuram como pares dialéticos possuem algo em comum em decorrência dos fluxos produtivos, das mercadorias e dos serviços ancorados nos circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1988; ELIAS, 2006). O campo é assinalado por um conjunto de objetos técnicos, que no agronegócio sojeiro é percebido pela presença de maquinarias, silos, galpões, secadores, causando fins estranhos que são perceptíveis por meio de suas formas-conteúdo.

O destino dado ao uso da terra pelos grupos hegemônicos em ação está para atender os escopos do capital mundial, no qual se contrapõe aos usos do território dado pelos camponeses. O espaço está sempre em transformação, na medida em que ele é formado pela unicidade técnica que introduz a artificialidade no espaço e causam certo estranhamento nos diferentes lugares. Assim, para Santos (1996, p. 62) o espaço é constituído como “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Esse evento geográfico é ao mesmo tempo contraditório e complementar, pois estão intrinsecamente imbricados em uma cadeia produtiva que estabelece relações com os fatores exógenos.

A expansão das relações capitalistas começa tomar novos rumos, fundamentalmente, com abertura concedida para a entrada de capital das empresas multinacionais, além das alianças realizadas entre as classes: *Capital e Estado*, no qual este último depende das empresas mundializadas para garantir sua legitimidade (OLIVEIRA, 2012). A partir do final do século XX para a virada do século XXI, momento em que houve a decadência do socialismo fez emergir uma *Nova “Ordem” Mundial*, que na ótica do capital, as ações pensadas tentam a todo custo estabelecer novas regras e normas para o território. Entretanto, essa padronização desestruturam os modos de vidas populações, resultando em disputas territoriais entre as classes envolvidas.

E, na Amazônia, a partir da década de 1990, que as ações estatais para os empreendimentos privados do agronegócio se instalaram na região, momento em que houve uma maior abertura da fronteira amazônica ao capital global e os incentivos fiscais direcionados para as atividades agrícolas e agropecuárias se tornaram

Da territorialização camponesa à territorialização do agronegócio: um estudo geográfico da questão agrária em Santarém e Belterra/PA

preponderantes. Mesmo as condições climáticas não serem propícias para desenvolver o cultivo da soja, levando em consideração a geomorfologia, as formas florestais e o clima propriamente dito, os investimentos em pesquisas, como os estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA) para o cultivo agrícola de soja nos diferentes espaços amazônicos foram essenciais para o desenvolvimento dessa monocultura na região.

O resultado desse esboço permitiu a utilização de corretivos e defensivos agrícolas a serem aplicadas no solo e aumentou os tensionamentos e conflitos pelo uso do território entre os agentes sociais. Com isso, a grande disponibilidade de terras e os estímulos governamentais atraíram uma leva significativa de sojicultores, a fim de explorar os recursos disponíveis na Amazônia brasileira, metamorfosando o espaço do campesinato para o espaço socialmente produzido pelo agronegócio.

Essa conflitualidade que envolve o campesinato e o agronegócio no espaço amazônico, na medida em que há estímulos e o fortalecimento do processo das cadeias produtivas de grãos, com a ampliação das redes rodoviárias, ferroviária, hidroviária e hidroportuárias em prol do desenvolvimento do agronegócio é denominada por Santos (1988) de *sistemas de engenharias*. Esse evento geográfico estabelece relações com os mercados globalizados em que os sistemas de objetos demandados pelo capital se territorializam nos lugares, em que no campo, a ação do capital de forma coercitiva, espolia o camponês das suas propriedades e alteram as relações simbólicas dos camponeses estabelecidos com o território, transformando o espaço local e regional, tanto no campo como nas cidades.

Nesse momento, há a expansão das relações capitalistas de produção no espaço amazônico, pois a quantidade de terras disponíveis atrai um contingente de migrantes sulistas conhecidos como “gaúchos”, em que objetivavam se apropriar e exercer o controle sobre o território. A influência e o exercício do poder pelas grandes corporações mundiais é outro fenômeno que caminha conjuntamente com o agronegócio, na medida em que dinamizam o território no tempo e no espaço e ocasionam a fragmentação e a compartimentação territorial (SILVA, 2014; 2015). Esse evento geográfico implica ainda na monopolização do território pelo capital, em que o espaço urbano e rural passa por um processo de modernização do território, tendenciando à homogeneização, no qual estas transformações no espaço regional é fruto de uma centralidade e de um desenvolvimento estratégico pensado pelas ações estatais.

Ininterruptamente, os investimentos em pesquisas científicas e o incentivo de políticas econômicas, sobretudo, a partir do ano de 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o programa *Brasil em Ação e Avança Brasil* (THÉRY, 2005), apresenta-se em um novo modelo de desenvolvimento econômico e abre a fronteira agrícola para o agronegócio. Os incentivos fiscais e creditícios fornecidos ao “agronegócinho” foram latentes a partir dessa ocasião. Isso mostra que o modelo de planejamento territorial pensado e implantado foi resultado caráter puramente estratégico. Conforme Kohlhepp (2002) países europeus em conjunto com o Japão estimularam direta ou indiretamente a produção de soja na frente pioneira¹ do Brasil

¹ Para Martins (1996), A frente pioneira é um conceito usado pelos geógrafos desde os anos 40 para se referir a ideia de que na fronteira se cria o novo, fundada no mercado e relações sociais. Ela nada mais é do que o deslocamento de pessoas em busca de novos territórios em que também se configura em uma dimensão espacial e social, indutora do processo de modernização que metamorfosam a vida das pessoas.

Central. Isso mostra que a soja passou a ser cultivada não apenas em áreas de cerrado, mas em áreas de florestas tropicais amazônicas, como no estado do Pará, com destaque para Paragominas e Santarém.

Os estímulos concedidos aos empreendimentos privados na região vêm desde os governos dos militares em 1970 (BECKER, 2001, 2005; KOHLHEPP, 2002), com a criação do Plano de Integração Nacional (PIN). As décadas de 1970 e 1980 e inícios de 1990 foram alvo de dezenas de programas estratégicos e desenvolvimentistas, o que derivou em um emaranhado de letras como: PIN (1970), POLAMAZÔNIA (1974-1980), POLONOROESTE (1980) PLANAFLORO (1970-1980) e, mais recentemente, na primeira década de 1990, o Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7). Essas medidas estatais foram tomadas para promover o “desenvolvimento econômico regional” da Amazônia, onde os incentivos para o melhoramento das redes de infraestrutura e integração aos mercados se tornaram preponderantes nos discursos e ações governamentais.

Tomando como ponto de partida a década de 1990, percebe-se que foi nesse período que a geografia agrária na Amazônia começou a tomar novos rumos, envolvendo neste caso, a atividade do agronegócio, no qual destacou um cenário agroexportador bem expressivo. Pois, conforme Fernandes (2014), a hegemonia do agronegócio no Brasil ou no mundo não aceita outro modelo de desenvolvimento que não seja o agroexportador. Esse “padrão de desenvolvimento” adotado pelo governo para se pensar em políticas públicas atrativas para os empresários a se instalarem na região amazônica e fazer uso do território para fins agrícolas, demandam a concentração fundiária e a propriedade privada. Diante desse discurso político mitigador e conservador, analisamos paradoxalmente o enunciado:

Não se pode negar que as políticas governamentais agrícolas são sempre destinadas a beneficiar os grandes e médios empresários, tanto em consequência do poder de pressão e da convivência dos técnicos e administradores que legitimam essa atitude com um discurso que a mistifica, como em virtude da defesa da economia de escala e da melhor qualificação tecnológica da grande lavoura (ANDRADE, 2004, p.75).

O projeto de “desenvolvimento agrícola” implementado pela esfera do governo federal para a Amazônia não era somente ampliar e modernizar as redes de engenharias e melhorar o acesso da malha rodoviária que interliga a Amazônia ao restante do país para o deslocamento de pessoas, mas contribuir com o avanço do agronegócio e verticalizar a produção de *commodities*, no qual convertem as áreas campesinas ou a cobertura vegetal em plantações agrícolas monocultoras a partir de uma ordem técnica, cujo seus fundamentalismos se enviesava na relação da *produção, distribuição, circulação e consumo* (SANTOS, 1988).

A mercantilização e cientificização da natureza são resultado da territorialização do capital pelo agronegócio, em que o campo estabelece novas relações com os mercados globalizados, alterando as dinâmicas territoriais preexistentes. A entrada de capitais provocou a expulsão ou a pressão do campesinato a sair do campo para as cidades ou para lugares mais distantes no próprio campo; contribuiu com o aumento dos desmatamentos, deixando o solo exposto às intempéries e as ações erosivas; e promoveu a extinção de espécies animais e vegetais.

Nessa perspectiva, essa discussão da geografia agrária da Amazônia se ancora nas diferentes formas de usos do território, em que seus principais envolvidos são o

Da territorialização camponesa à territorialização do agronegócio: um estudo geográfico da questão agrária em Santarém e Belterra/PA

campesinato e o agronegócio. A territorialização camponesa é ainda existente, porque se reproduz dentro da lógica capitalista e possui certa autonomia na produção de alimentos exercidos por meio do trabalho familiar, mesmo que na concepção epistemológica de alguns autores adotam a convicção de que a classe do campesinato deixou de existir.

Dinâmicas territoriais em Santarém e Belterra no oeste do Pará

Fazendo um recorte espacial tomamos por analisar o caso de dois municípios, Santarém e Belterra, no oeste do Pará, municípios em que incidiu um avanço considerável da produção de grãos sólidos vegetais (soja e milho), suscitando no pressionamento/expropriação do campesinato, na mercantilização da terra e da natureza, no aumento dos preços das terras e na modernização da agricultura no qual a dinâmica territorial local foi incorporada à economia global. É por meio dessa sistematização empírica é que essas temáticas são decorrentes dos processos de territorialização do capital e monopolização do território, conforme definido por (OLIVEIRA 1999, 2012; PAULINO, 2006).

O recorte temporal dessa análise investigativa parte desde o ano de 1997-2015, período em que houve a expansão do agronegócio sojeiro nos municípios estudados. Assim, *tempo* e *espaço* são categorias contraditórias e complementares (Santos, 1996), pois o tempo está contido no espaço, bem como o espaço está comprimido dentro de uma sequência temporal. Precisamos compreender essas categorias, para que assim, possamos compreender as transformações e dinâmicas territoriais ocorridas na agricultura de Santarém e Belterra. Portanto, esse debate teórico-metodológico deve ser levado em consideração, na medida em que o tempo e o espaço vivenciado pelo campesinato são diferentes da lógica ponderada pelo capital hegemônico (agronegócio).

Conforme os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Santarém é a microrregião que pertence à mesorregião do Baixo Amazonas, no qual possui uma população estimada no censo populacional de 2010, referente a 294.580 hab. e com uma densidade demográfica de 12,9 hab/km². O tamanho da área da unidade territorial é correspondente 17.898,39 km² e seu PIB a preços correntes é correspondente a 2.510.123. Assim, Belterra é o município que pertence à microrregião de Santarém, cuja população estimada no ano de 2010 era de aproximadamente 16.318 hab. e sua densidade demográfica era de 3,7 hab/km². A área referente à unidade territorial é de 4.398,42 km² e possui um PIB a preços correntes de 98.666.

Economicamente, esses municípios se destacam no setor de comércio (mais precisamente Santarém) e por sua produção agrícola, oriundo da agricultura camponesa que abastecem as feiras livres e outros setores do comércio local e regional; e mais recentemente, o setor do agronegócio que atendem a uma economia em escala global, cuja característica é as exportações de *commodities*, por meio do porto da Cargill (Figura 1). No oeste do estado do Pará, o cultivo da monocultura da soja remete pensar o espaço regional e a economia a partir do importante papel exercido pela Rodovia Federal Cuiabá-Santarém (BR-163), pois esta malha rodoviária faz conexão com Mato Grosso, de onde provém maior parte de sua produção agrícola até o seu desembarque no porto graneleiro de Santarém. A formação desse corredor exportador de grãos forma o *Complexo da Soja*.

Figura1 – Cargill agrícola S/A, empresa multinacional exportadora de grãos na cidade de Santarém/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Foto: Autora

As diversas reivindicações referentes ao melhoramento das condições e da trafegabilidade significa implementar paulatinamente um sistema logístico eficiente que facilite os fluxos de produção de grãos e diminuir os custos do valor do frete em 30% que vem pelo corredor rodoviário até desembarcar no porto graneleiro da CARGILL, na desembocadura do rio Tapajós. Os pressionamentos para a conclusão do asfaltamento da rodovia é cada vez mais intenso pelos empresários de negócios, haja vista que a redução dos custos nos deslocamentos de grãos são benéficos para os sojicultores e, mais ainda, para as grandes *trades* econômicas, sendo que essas empresas multinacionais (como no caso da Cargill) são as principais favorecidas e as que mais obtêm os lucros.

O eixo da BR-163 se destaca, tanto por seu caráter funcional como estrutural, facilitando a circulação e o escoamento da produção até o porto graneleiro. As formas espaciais e o novo conteúdo preexistente causaram fins estranhos no lugar, na medida em que determinam rupturas com as territorialidades das populações camponesas, invisibilizando-as. Outrora, viviam populações camponesas vivendo basicamente da agricultura e do extrativismo (produtos coletados na floresta, da caça e da criação animais). As técnicas empregadas nas atividades agrícolas eram manuais, pois até então não se tinha um território predominado pela mecanização. Como as redes de infraestruturas não eram predominantes, o que existia eram somente “picadas” ou “ramais” em seu estado de precariedade, no qual dificultavam a trafegabilidade das pessoas. Porém, as relações de tais populações com a terra e a floresta eram de proximidade e de respeito, já que dela que se retira a subsistência familiar e concebe a possibilidade de exercer uma produção de alimentos de forma autônoma.

O valor destinado ao território, pelo campesinato, era de uso, de sobrevivência, de moradia, lazer e sem fins especulativos. Alguns migrantes que se territorializaram às margens das “picadas”, onde hoje se encontra a BR-163 eram ex-seringueiros que com a decadência da produção de borracha em Belterra no século XX, buscavam um pedaço

Da territorialização camponesa à territorialização do agronegócio: um estudo geográfico da questão agrária em Santarém e Belterra/PA

de terra para poder cultivar e viver, outros migrantes eram remanescentes de comunidades ribeirinhas ou oriundos do nordeste brasileiro, que possuíam outro modo de vida, no qual a necessidade de terra para trabalhar e garantir o sustento da família permitiu que esses atores sociais construíssem suas territorialidades no planalto santareno e belterrense. Essa representação alegórica e identitária mantida em relação ao território são típicas do modo de vida amazônico, cujas temporalidades remetem as dinamicidades da natureza.

Contraditoriamente a essa perspectiva, o agronegócio vislumbra a terra, a floresta como alvo de especulação e mercadorização, em que o espaço da subsistência é convertido em espaço do dinheiro e do poder, cuja ação é do capital que controla os fluxos comerciais e as exportações com os mercados globais. Por isso, que os investimentos no aparato técnico e científico se tornaram preponderantes para o espraio do cultivo da leguminosa da soja no planalto dos municípios de Santarém e Belterra, sobretudo, a partir do ano de 1997, ano que houve a pavimentação de longos trechos da BR-163 e, que paralelamente a essa rede rodoviária, no sentido horizontal adentrou uma nova variável no cultivo agrícola.

Foi nesse momento que as terras dos camponeses foram transformadas em grandes espaços agrícolas de atividades monocultoras, pois o pressionamento das ações hegemônicas se tornou mais frequentes, aquecendo o mercado de terras (Tabela 1) e concentrando a propriedade privada. As práticas do campesinato desapareceram em algumas comunidades, pois muitas localidades sumiram e outras estão prestes a sucumbir para dar lugar à produção de *commodities*.

Tabela 1 – Preço (R\$) do hectare de terra para a agricultura no estado do Pará (2010-2014)

ÁREA PRODUTORA	2010	2014
Pará	2.635	6.236
Santarém/Belterra (terra agrícola)	967	7.500
Santarém/Belterra (área de pastagem)	867	4.633

Fonte: Valor Econômico, por Bertina Barros, 2015.

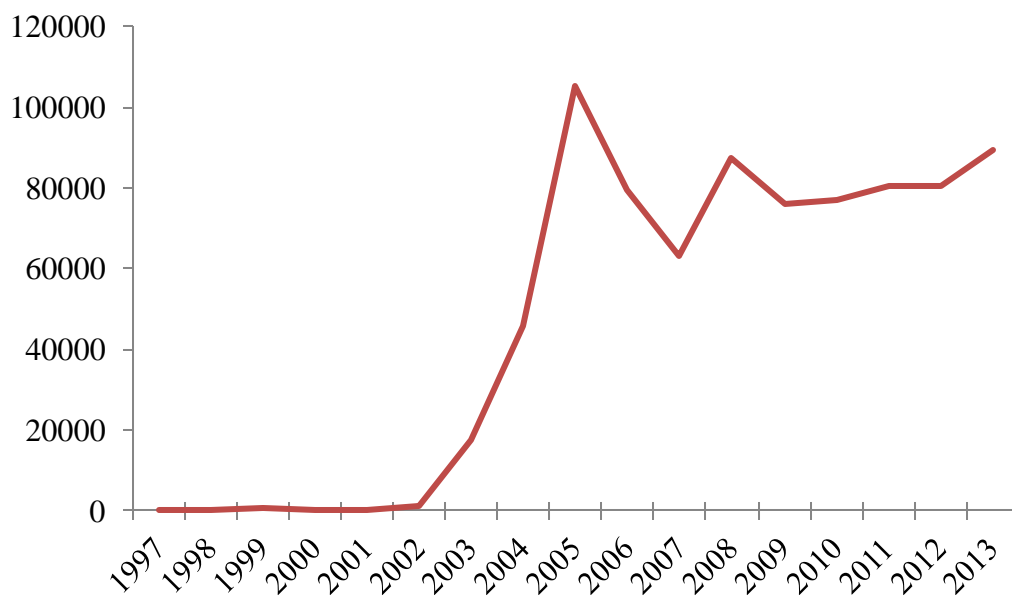
Org.: F.S.C.

Os preços da terra nas áreas em estudo tiveram uma alta nos últimos anos, na medida em que o governo federal destinando investimentos de milhões de reais em logísticas para que os projetos de escoamento de grãos avance pela região Norte e suscite o progresso econômico. A chegada dos sojicultores do centro-sul do país no oeste do Pará fez com que estes agentes adquiram pequenas propriedades por um preço baixo, o equivalente a R\$ 3.000 a R\$ 4.000 uma área de 20 ha ou até áreas maiores. Contemporaneamente, a introdução de uma nova cultura, o melhoramento da malha rodoviária e pelas proximidades do terminal graneleiro, o cultivo de grãos teve uma elevação no preço do hectare de terra considerável, tanto em terra agrícola, como em áreas em pastagens que são convertidas em espaço de produção de grãos.

Sabe-se que a participação do campesinato na produção de alimentos, como frutas, legumes, verduras e outros produtos agrícolas são extremamente importantes para abastecimento das populações urbanas em escala local e regional. Todavia, como a produção de *commodities* cultiva um único tipo de cultura e em larga escala que estabelece relações com os mercados mundiais é considerado como a mais viável para o desenvolvimento econômico do país, elevando o Produto Interno Bruto (PIB). Temos duas lógicas díspares evidenciadas, enquanto o território do campesinato vem reduzindo

o território do agronegócio vem ganhando tamanha abrangência no cenário nacional e internacional e contribuindo com a reprodução ampliada do capital.

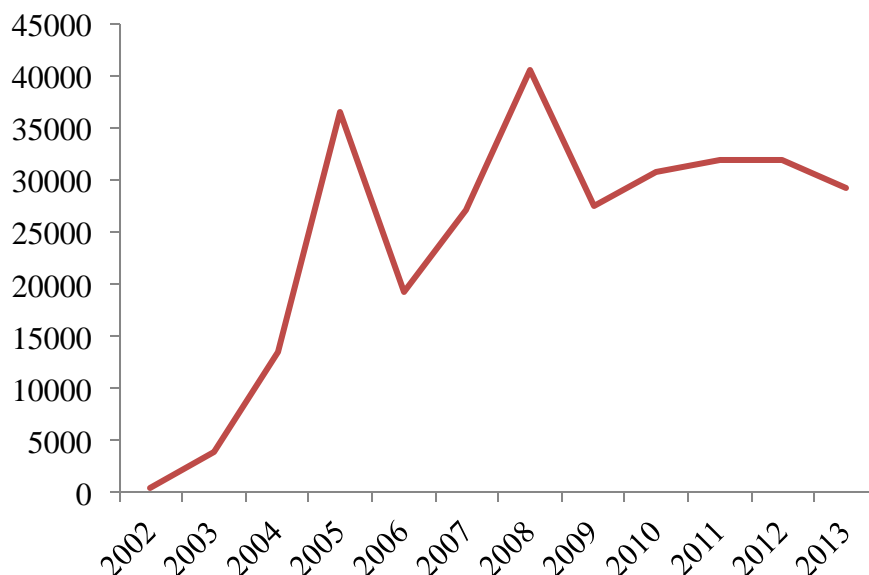
Gráfico 1 - Quantidade anual produzida de soja no município de Santarém (1997-2013)



Fonte: IBGE (2013) – Produção Agrícola Municipal.

Org.: Autora

Gráfico 2 - Quantidade anual produzida de soja no município de Belterra (2002-2013)



Fonte: IBGE (2013) – Produção Agrícola Municipal.

Org.: Autora

Da territorialização camponesa à territorialização do agronegócio: um estudo geográfico da questão agrária em Santarém e Belterra/PA

Em Santarém o cultivo da leguminosa da soja começa a partir de 1997 (Gráfico 1), momento em a Prefeitura do município apoiou o desenvolvimento de pesquisas pela EMBRAPA para ver se o solo era compatível ou não para o cultivo agrícola de soja. Os grãos mais importantes cultivados nessas áreas pelos gaúchos eram arroz, milho e a soja. Aos poucos o planalto santareno foi sendo metamorfoseado, pois as matas foram sendo trituradas pelo aumento dos desmatamentos e das queimadas, solo cada vez mais desnudo e os camponeses sendo expropriados. Em Belterra, essa ação do capital espoliador dar continuidade a essas contradições no campo, na medida em que a soja começou a ser cultivada a partir de 2002 (Gráfico 2).

Percebe-se que o plantio da produção de soja em Santarém atingiram suas maiores elevações, sobretudo, a partir dos anos de (2004), apresentando um valor de 45.953 toneladas, ultrapassando os anos anteriores, quando se iniciou a atividade agrícola. Mas foi no ano de (2005), que a soja atingiu o seu maior ápice, alcançando uma produção de 105.540 toneladas anualmente. A partir desse período, os próximos anos seguintes, seus os valores se equilibraram basicamente, onde no ano de 2013 se obteve uma produção estimada de 89.371 toneladas.

Analogamente, contata-se que a soja começa a ser cultivada em Santarém bem antes de Belterra, em que este última possui uma demanda de menor escala. A produção dessa *commodity* tem a sua primeira elevação na produção no ano de (2005), com o valor 36.450 toneladas e em (2008) chega atingir 40.500 toneladas. Nos anos posteriores mantêm-se um equilíbrio na produção, chegando a (2013) a alcançar aproximadamente 20.179 toneladas. Neste contexto, Santarém possui uma grande representatividade no agronegócio sojeiro no oeste do estado do Pará.

Nesses municípios, o avanço do agronegócio significou a desterritorialização do campesinato de suas pequenas propriedades e, mais recentemente, na elevação dos preços das terras, haja vista que a terra se tornou mais concentrada, para fins especulativos. Temos, portanto, um mercado aquecido e um espaço cada vez mais controlado e dominado pelos empresários do agronegócio, agentes estes em que fazem uso e o exercício do poder sobre o território de maneira coercitiva e persuasiva. Mas, são as corporações as maiores beneficiadas economicamente neste contexto, pois são elas que controlam e estabelecem relações com o mercado mundialmente, criando uma *solidariedade do capital*, por meio da interlocução entre os acordos comerciais.

Enquanto isso, os conflitos agrários se agravam no oeste paraense e a produção agrícola autônoma realizada pelo trabalho familiar, resultando no balanço *trabalho-consumo-território*, vem sendo ameaçada. Os camponeses que saíram de suas terras, não comercializaram simplesmente suas pequenas propriedades porque desejavam viver nas cidades ou porque não gostavam de viver no campo. O contrário, porque as famílias camponesas estavam sofrendo às pressões de todos os lados do capital hegemônico e devido à ausência das políticas públicas que pudesse atender as demandas sociais e garantisse a permanência dessa classe no campo, esses eventos geográficos agravaram a saída dessa população do campo. Mesmo diante desse cenário dialético em que envolve a esfera social, econômica, política e também cultural, alguns conseguem se recriar dentro desse modo de produção carregado de antagonismos e continuam desenvolvendo suas práticas típicas do campesinato.

Considerações finais

As corporações do agronegócio exercem uma perspicaz hegemonia mundial, sendo as empresas multinacionais que dominam, controlam e se apropriam dos

múltiplos territórios. Na medida em que essas empresas de negócios se territorializam, induz amplas desterritorializações, fragmentando o espaço agrário e colocando a produção de *commodities* no circuito panorâmico da globalização da economia. Não devemos ser ingênuos a ponto de pensar que os investimentos aplicados aos sistemas de engenharias se restringem em promover um desenvolvimento endógeno, que levam em consideração as especificidades e as demandas sociais levantadas pelas populações locais. Mas quando se destinam investimentos para promover o asfaltamento da BR-163 e a construção e/ou ampliação porto graneleiro da Cargill na cidade de Santarém, tem-se um cenário geográfico delimitado por seu caráter estratégico, no qual estão pautados na facilitação do escoamento da produção sojeira na região norte do Brasil.

Por conseguinte, a questão agrária se apresenta como uma problemática, na medida em que há o aumento das grilagens de terras, concentração fundiária, as expropriações da classe social do campesinato e indutora do êxodo rural, e outros conflitos e conflitualidades decorrentes da terra. A luta hoje não se prende em torno da terra, mas é uma luta por território, contra o capital que tenta a todo custo proletarizar ou expulsar os camponeses de suas pequenas propriedades, rompendo com seus valores e representações simbólicas. Outra reivindicação está em prol de obtenção de políticas públicas, pois as políticas estão quase sempre para atender os interesses do agronegócio. Esse é o preço que se paga pelo “progresso” e pelo almejado “desenvolvimento”. Isso se configura como uma sobreposição de interesses, em que aos interesses particulares e conservador estão enviesados aos moldes dos agentes hegemônicos, desterritorializando e pressionando o campesinato a migrarem para as cidades ou para regiões mais distantes no próprio campo.

A luta é entre *capital-campesinato* o que difere da relação do agronegócio que prega o modelo hegemônico caracterizado pela relação entre *capital-trabalho*. A resistência do campesinato a não inserção na lógica do mercado ainda é algo presente em alguns dos municípios do oeste paraense e, portanto, é concebida como uma disputa paradigmática. Mas até quando isso será possível? Até que ponto esse desenvolvimento econômico objetivado pelo agronegócio será incluyente e benéfico ao ponto não infringir negativamente no modo de vida das populações amazônicas e manter um ambiente ecologicamente equilibrado?

O capital se fortalece, agora não somente em uma escala local, ele ultrapassa e rompe fronteiras e submerge em uma escala global, conformando-se como processo este excludente e contraditório. Nesse sentido, o camponês não quer ter somente a posse da terra, como muitos estudiosos afirmam, nem muito menos deixou de existir, o camponês quer ter o direito de usufruir do seu próprio território. Essa categoria se reproduz enquanto classe social e desejam que a organização da unidade econômica familiar possam ter uma vida digna e com equidade, por isso, a luta pelos seus direitos é uma luta constante. Contudo, acredita-se que o camponês não desapareceu, ele se reproduz e cria estratégias de sobrevivência para a sua permanência na terra. Mesmo que esta classe esteja ameaçada no instante que o agronegócio avança, convertendo as terras camponesas em espaço de produção de *commodities* esta classe continua em suas pequenas unidades familiares, estabelecendo relação adjunta com a terra e a floresta o que reforça a tríade que caracteriza o campesinato: *terra, família e o trabalho*.

Referências

- ANDRADE, Manuel C. **A questão do território no Brasil**. 2 – ed. – São Paulo: Hucitec, 2004.
- BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?. **Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência**. Parcerias Estratégicas – número 12 – Setembro 2001. p. 135-159.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica na Amazônia**. Estudos Avançados 19 (53), 2005.
- CARVALHO, Horacio M.; COSTA, Francisco de A. de. Agricultura camponesa. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- ELIAS, Denise. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (03), 1 de agosto de 2006. ISSN: 1138-9788.
- FERNANDES, B.M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane T.; _____; WELCH, Clifford A.; GONÇALVES, Elienai C. (Orgs). **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.
- HAESBAERT, Rogério (Org.). **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 2010: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro, 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal, 2013**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.
- KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesses no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estudos avançados 16 (45), 2002.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.
- MARTINS, José de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. São Paulo, 8(1):25-70, maio de 1996.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. – São Paulo: contexto, 1999. p. 63-110.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Mundialização da agricultura brasileira. Actas XII Colóquios de Geocrítica**. <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-AOliveira.pdf>, 2012. Acesso em 08/10/2015.
- PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos camponeses**. – São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- PORTO GONÇALVES, Carlos W. A organização do espaço amazônico: contradições e conflitos. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos metodológicos da Geografia**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. SP: HUCITEC, 1996.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Globalização e fragmentação do espaço agrário em Rondônia.** RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, v. XVI, p. 163-174, 2014.

SILVA, Ricardo G. da C. **Amazônia globalizada:** da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. Confins [online] 23/2015, posto online no dia 01 de março de 2015, consultado o 24 de março 2015. URL: <http://confins.revues.org/9949>; DOI: 10.4000/confins.9949.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia:** contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico. – São Paulo: editora UNESP, 2004.

THÉRY, HERVÉ. **Situações da Amazônia no Brasil e no continente.** Estudos Avançados 19 (53), 2005.